

Professor Raphael Cavalcanti

**PREPARATÓRIO
TRABALHISTA** 

APOSTILA DO SUCESSO



**CURSO
MPT INTENSIVO
SEGUNDA E
TERCEIRA FASES**

www.preparatoriotrabalhista.com.br

SUMÁRIO

DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	12
NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	12
DISCUSSÕES JURÍDICAS.....	12
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	13
NEOCONSTITUCIONALISMO.....	13
DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	14
PÓS POSITIVISMO.....	16
DOGMÁTICA CONSTITUCIONAL EMANCIPATÓRIA.....	18
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS.....	19
TEORIA DOS LIMITES DOS LIMITES.....	20
PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO E PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À PROTEÇÃO INSUFICIENTE.....	22
TEORIA DO ATALHAMENTO CONSTITUCIONAL.....	22
CONCEITO MATERIALMENTE ABERTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	23
INTERNALIZAÇÃO DAS EXTERNALIDADES NEGATIVAS.....	24
DERROTABILIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS.....	24
ONDAS RENOVATÓRIAS DE ACESSO À JUSTIÇA.....	26
SÍNDROME DA INEFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INSTRUMENTOS PARA SANAR.....	28
DIREITO À BUSCA PELA FELICIDADE.....	29
DIREITOS HUMANOS.....	31
CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	31
INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS OU PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	33
UNIVERSALISMO X RELATIVISMO CULTURAL.....	34
JUS COGENS.....	36

FORÇA NORMATIVA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS.....	39
STATUS HIERÁRQUICO DAS NORMAS INTERNACIONAIS	41
MONISMO VS DUALISMO	44
NORMAS DA OIT E ENQUADRAMENTO COMO NORMA DE DIREITOS HUMANOS.....	47
CODEMAT – Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho	47
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	48
DISCUSSÕES JURÍDICAS	51
RESPONSABILIDADE CIVIL EM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	51
RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA NO CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO	53
RESPONSABILIDADE POR ACIDENTE DO TRABALHO EM TELETRABALHO	56
QUESTÕES ESPECÍFICAS.....	57
HORA EXTRA COMO NORMA DE SST	57
REMUNERAÇÃO POR PRODUÇÃO NO CORTE DE CANA E PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS EM ATIVIDADES PREJUDICIAIS À SAÚDE	61
TELETRABALHO	65
USO DE SMARTPHONES E DIREITO A DESCONEXÃO	67
TRABALHO EM FRIGORÍFICOS	70
AGROTÓXICOS	73
PROVADORES DE CIGARRO	76
DESCUMPRIMENTO DE INTERDIÇÃO	79
LEI DO MOTORISTA: POSSIBILIDADE JURÍDICA DO EXAME TOXICOLÓGICO E INSTITUTO DO TEMPO DE ESPERA.....	80
ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL	85
ASSÉDIO SEXUAL.....	88
CUMULAÇÃO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE..	91
GREVE AMBIENTAL.....	95

COVID-19	98
EXIGÊNCIA DE VACINAÇÃO PELO EMPREGADOR	98
DEMISSÃO EM RAZÃO DA RECUSA DE VACINAÇÃO	101
ORIENTAÇÕES DA CODEMAT	102
GRUPOS DE TRABALHO	107
GRUPOS DE ESTUDO	108
PROJETOS ESTRATÉGICOS	108
CONAFRET – Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho	109
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	109
DISCUSSÕES JURÍDICAS	111
PONTOS COMUNS	111
TRÍPLICE EFEITO DELETÉRIO DECORRENTE DO MOVIMENTO DE FUGA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	111
ESPÉCIES DE FRAUDE	112
TERCEIRIZAÇÃO	112
UBERIZAÇÃO	113
TRABALHO AUTÔNOMO	119
SOCIALIZAÇÃO DE EMPREGADOS	122
LIDE SIMULADA	123
FRAUDE NA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL	126
FRAUDE NA QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	130
CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE	135
DEMAIS TEMAS	140
PROTEÇÃO JURÍDICO-TRABALHISTA DOS EMPREGADOS COM MAIOR REMUNERAÇÃO E DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIORES – ART. 444 DA CLT	140
ORIENTAÇÕES DA CONAFRET	142
GRUPOS DE TRABALHO	149
GRUPOS DE ESTUDO	150
PROJETOS ESTRATÉGICOS	150

COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.....	151
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	151
DISCUSSÕES JURÍDICAS	160
PONTOS COMUNS	160
CONCEPÇÕES DA IGUALDADE: FORMAL, MATERIAL E COMO RECONHECIMENTO.....	160
ÔNUS DA PROVA NA DISCRIMINAÇÃO	163
LEGITIMIDADE DO MPT POR ILICITUDE VERIFICADA EM DESFAVOR DE APENAS UM EMPREGADO	164
ESPÉCIES DE DISCRIMINAÇÃO	164
DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO	164
DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA	169
DISCRIMINAÇÃO DE TRANSEXUAIS	170
DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	172
DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	173
DISCRIMINAÇÃO EM FACE DE RELIGIÃO/CRENÇA	176
ORGANIZAÇÕES DE TENDÊNCIA.....	178
DEMAIS TEMAS.....	180
CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.....	180
MONITORAÇÃO ABUSIVA DE FUNCIONÁRIOS	182
ADMISSIBILIDADE DE ESTATÍSTICA COMO MEIO DE PROVA.....	183
ATUAÇÃO DO MPT	183
ORIENTAÇÕES DA COORDIGUALDADE.....	184
GRUPOS DE TRABALHO	189
GRUPOS DE ESTUDO.....	190
PROJETOS ESTRATÉGICOS	190
COORDINFÂNCIA - Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente	191
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	191
PONTOS COMUNS	195

DISCUSSÕES JURÍDICAS	196
TRABALHO INFANTIL	196
TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO	197
EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ..	198
TRABALHO INFANTIL EM LIXÕES	200
YOUTUBERS MIRINS E TEENS.....	204
APRENDIZAGEM.....	207
ASPECTOS GERAIS DA APRENDIZAGEM.....	207
COTA DE APRENDIZAGEM E BASE DE CÁLCULO	209
NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO E COTA DE APRENDIZAGEM	212
CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO	215
ATUAÇÃO DO MPT	218
ORIENTAÇÕES COORDINFÂNCIA	218
GRUPOS DE TRABALHO	226
GRUPOS DE ESTUDO.....	227
PROJETO ESTRATÉGICO	227
CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	228
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	229
DISCUSSÕES JURÍDICAS	230
RESPONSABILIDADE CIVIL EM CADEIA PRODUTIVA DECORRENTE DE TRABALHO ESCRAVO.....	230
TRABALHO ESCRAVO DOMÉSTICO	233
IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO	236
ATUAÇÃO DO MPT.....	237
ORIENTAÇÕES DA CONAETE	239
GRUPOS DE TRABALHO	241
GRUPOS DE ESTUDO.....	245
PROJETOS ESTRATÉGICOS	245

CONATPA - Coordenadoria Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário	
.....	247
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	247
DISCUSSÕES JURÍDICAS	248
TRABALHO PORTUÁRIO.....	248
CONTRATAÇÃO DE PORTUÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....	248
CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS NO CADASTRO	249
NOVIDADES DA LEI 12.815/2013.....	250
TRABALHO MARÍTIMO	251
LEI DO PAVILHÃO	251
NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES BRASILEIROS EM EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS.....	254
ATUAÇÃO DO MPT EM NAVIOS DE CRUZEIRO	255
ORIENTAÇÕES DA CONATPA	256
GRUPOS DE TRABALHO	258
GRUPOS DE ESTUDO.....	259
PROJETOS ESTRATÉGICOS	259
CONAP – Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública	261
DISCUSSÕES JURÍDICAS	261
ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	261
NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	265
ORIENTAÇÕES DA CONAP.....	269
GRUPOS DE TRABALHO	271
GRUPOS DE ESTUDO.....	273
PROJETOS ESTRATÉGICOS	273
CONALIS – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade e do Diálogo Social	274
CONCEITOS GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	274
DISCUSSÕES JURÍDICAS	276

PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL.....	276
REPRESENTATIVIDADE SINDICAL.....	279
LEGITIMIDADE DO MPT PARA ATUAÇÃO EM DISPUTA SINDICAL.....	279
REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES	281
TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS POR SINDICATO.....	283
NEGOCIAÇÃO COLETIVA	284
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SETORIAL NEGOCIADA	284
NEGOCIADO VS LEGISLADO.....	286
NEGOCIADO VS LEGISLADO EM APRENDIZAGEM	292
NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	296
O BRASIL E RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES 154 E 151 DA OIT	301
DEMISSÃO EM MASSA	301
POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA POR PARTE DE MEMBROS NÃO FILIADOS AO SINDICATO.....	305
DIREITO DE OPOSIÇÃO	307
DIREITO DE GREVE	308
GREVE POLÍTICA	308
GREVE AMBIENTAL.....	310
DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA EM GREVE ABUSIVA.....	312
REMUNERAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE GREVE	314
INTERDITO PROIBITÓRIO NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	315
DISSÍDIO COLETIVO.....	317
AÇÃO ANULATÓRIA E AS RESTRIÇÕES DO ART. 8º, § 3º DA CLT	324
ORIENTAÇÕES DA CONALIS	326
GRUPOS DE TRABALHO	331
GRUPOS DE ESTUDO.....	331
PROJETOS ESTRATÉGICOS	331
PROCESSO COLETIVO	333
CONCEITOS GERAIS	333
DISCUSSÕES JURÍDICAS	335

DEVIDO PROCESSO SOCIAL	335
PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	341
DIREITOS INDIVIDUAIS "HETEROGÊNEOS"	344
LEGITIMIDADE DO MPT PARA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	346
EXECUÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	348
LEGITIMIDADE DO MPT PARA A TUTELA DO DIREITO DE UM ÚNICO TRABALHADOR	349
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DE ACP	350
REPETIÇÃO DAS PROVAS EM JUÍZOS QUANDO PRODUZIDAS NO INQUÉRITO CIVIL.....	351
UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO DO TRABALHO	352
PEDIDO DO MPT EM ACP COMO "MERA REPETIÇÃO DE LEI"	353
ARQUIVAMENTO DO PROCESSO POR NÃO COMPARECIMENTO DO MPT EM AUDIÊNCIA INAUGURAL	354
LIMINAR DE OFÍCIO EM PROCESSO COLETIVO	356
APLICABILIDADE DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO ÀS AÇÕES COLETIVAS	358
DESISTÊNCIA EM ACP.....	360
ASSISTÊNCIA EM ACP.....	363
RECONVENÇÃO	364
PEDIDO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE EM ACP	366
PEDIDO DE FGTS EM ACP	367
LEGITIMIDADE SINDICAL PARA PLEITEAR DIREITOS DIFUSOS.....	368
<i>DEFENDANT CLASSES</i> (LEGITIMIDADE PASSIVA COLETIVA)	369
AÇÃO ANULATÓRIA – ASPECTOS GERAIS	371
DANO MORAL COLETIVO.....	377
APLICABILIDADE NA SEARA TRABALHISTA CONSIDERANDO A DICÇÃO DO ART. 223-B DA CLT	379
DESTINAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO	381

DISSÍDIO COLETIVO	383
CONCEITO, FUNÇÃO BÁSICA E ORIGEM	383
CONSTITUCIONALIDADE DO COMUM ACORDO	384
LEGITIMIDADE DO MPT PARA O DISSÍDIO COLETIVO	385
COISA JULGADA NA SENTENÇA NORMATIVA	388
REGIME JURÍDICO DO MPT	390
CONCEITOS GERAIS	390
DISCUSSÕES JURÍDICAS	391
EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA HISTÓRIA	391
MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CLÁUSULA PÉTREA	392
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	394
PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL E FORÇAS TAREFAS	397
IMPARCIALIDADE NA ATUAÇÃO DO MP	399
ASSENTO À DIREITA E VIOLAÇÃO À ISONOMIA	400
NEGATIVA DE PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIA	402
CONDUÇÃO COERCITIVA DE INVESTIGADO	404
DEPOIMENTO PESSOAL DO MEMBRO DO MPT	405
SIGILO DA DENÚNCIA	407
PODER INSTRUTÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	411
SIGILO FISCAL	414
DESCUMPRIMENTO REITERADO DAS REQUISIÇÕES PELA AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO	420
PRODUÇÃO DE PROVAS E O INSTITUTO DA PRECLUSÃO	423
LITISCONSÓRCIO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE RAMOS DIFERENTES	425
PAPEL CONTRAMAJORITÁRIO DO MP	426
INQUÉRITO CIVIL	427
DIREITO AO SILÊNCIO NO ÂMBITO DO INQUÉRITO CIVIL	427
TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA	429

NECESSIDADE OU NÃO DE REMESSA DOS AUTOS À CCR APÓS ASSINATURA DE TAC.....	434
PRAZO PRESCRICIONAL PARA APLICAÇÃO DA MULTA DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO DE TAC.....	436
REVERSÃO.....	439
AUTUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA DURANTE PRAZO FIXADO PELO MPT EM TAC.....	442
LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TAC.....	444
AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	446
RECOMENDAÇÃO.....	447
ATUAÇÕES DO MPT.....	450
LEGITIMIDADE DO MPT PARA RECORRER QUANDO ATUA COMO <i>CUSTUS LEGIS</i>	450
ATUAÇÃO DO MPT COMO ÁRBITRO.....	451
ATUAÇÃO DO MPT COMO MEDIADOR.....	454
ATUAÇÃO DO MPT NO STF E NO STJ.....	456
MINISTÉRIO PÚBLICO E O DIREITO DE GREVE.....	458
ENUNCIADOS CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO.....	461